

## EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 - PRESENCIAL SRP Nº 001/2024

## PREÂMBULO

DIA:	30 de setembro de 2024 (segunda-feira)
HORA:	10:00 horas (Tolerância de 5 minutos)
LOCAL:	Auditório da Prefeitura
ENDEREÇO:	Avenida Dedo de Deus, 1161 – Cantagalo – Guapimirim – RJ
INFORMAÇÕES:	<a href="mailto:cpl@comdeguapi.com.br">cpl@comdeguapi.com.br</a> (Dias úteis, das 10:00 às 16:00 horas)
PROCESSO:	Nº 0017/2023.

1. INTRODUÇÃO:

A Companhia Municipal de Desenvolvimento de Guapimirim torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada em sessão pública à Avenida Dedo de Deus, 1161 – Cantagalo – Guapimirim/RJ, perante a Comissão de Licitação, instituída pela Portaria **020 de 10 de maio de 2024**, modalidade própria da **LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 – PRESENCIAL SRP nº 001/2024**, do tipo Menor Preço, de acordo com art. 54, I da Lei 13.303/2016 c/c art. 56, I do RILC COMDEGUAPI S/A, destinado à **AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE BENS PERMANENTES APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DO TIPO SPLIT E CORTINA DE AR E CORRELATOS**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, Anexo II, conforme autorização do Ordenador de Despesas, contida no processo administrativo nº **00017/2023**, observando-se o que preceituam a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e suas alterações e o RILC COMDEGUAPI S/A (Regulamento Interno de Licitações e Contratos), bem como os demais dispositivos legais vigentes que dispõem sobre as Licitações e Contratos da Administração Indireta, considerados integrantes deste Edital como se nele estivessem transcritos.

2. OBJETO:

**2.1.** A presente licitação tem como objeto contratar uma empresa jurídica para aquisição e fornecimento de Bens permanentes aparelhos de Ar-condicionado do Tipo Split e Cortina de Ar e correlatos.

**2.2.** A contratação do objeto se dará conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**2.3.** O Registro de Preços será formalizado por intermédio de Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo **VIII** e demais disposições fixadas neste Edital.



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

**2.4.** A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Edital e seus anexos e Propostas de Preços apresentadas pelo(a)(s) proponente(s)/licitante(s).

**2.5.** A existência de preços registrados não obriga o solicitante a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a ele a utilização de outros meios previstos nos arts. 63, III e 66 da Lei nº 13.303/2016 e nos art. 107, III, 116 e 117 do RILC da COMDEGUAPI S/A. O beneficiário do registro de preços, em igualdade de condições, tem direito à preferência para a contratação, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta.

**3. TIPO:**

**3.1.** Menor Preço por Item

**3.2.** É facultado ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, conforme tabela constante no Termo de Referência.

**4. INTERESSADO (S):**

**4.1.** Diretoria de Planejamento e Projetos

**5. DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

**5.1.** As propostas de preços serão recebidas e analisadas pela Comissão Especial de Licitação na modalidade própria da Lei Federal nº 13.303/2016, instituída pela Portaria supracitada, no dia 30 de setembro de 2024.

**5.2. Horário de Início às 10 (dez) horas.**

**6. CONTATO:**

O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no horário de **10h às 16h**, na **Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paiol, Guapimirim-RJ**, na Comissão Permanente de Licitação, e estarão disponíveis também para retirada no site oficial da COMDEGUAPI S/A, **www.comdeguapi.com.br**. A retirada dos Editais ocorrerá mediante entrega voluntária de **01 (uma) resma de folhas de papel A4**.

6.1. Os interessados poderão obter informações ou esclarecimentos referentes ao processo licitatório até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada da sessão pública ou através do e-mail: [cpl@comdeguapi.com.br](mailto:cpl@comdeguapi.com.br)

## 7. LEGISLAÇÃO PERTINENTE:

7.1. Lei Federal nº 13.303/2016, com aplicação subsidiária do RILC, prevista no art. 221 do RILC da COMDEGUAPI S/A, Lei Complementar nº 123/2006, Arts. 60 e 178 da Lei 14.133/2021.

## 8. AVISO IMPORTANTE

8.1 Conforme estabelece a legislação em vigor, art. 41 da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 242 do RILC, a perturbação de processo licitatório é um delito abrangente que consiste em atuar para impedir, perturbar ou fraudar qualquer ato de um processo licitatório, então, está obrigada a atuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados no art. 337-I, do Código Penal Brasileiro.

*Art. 41. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por esta Lei as normas de direito penal contidas no art. 178 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;*

*Art. 337-I. "Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório:*

*Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.*

*Art. 242. Aplicam-se as normas de direito penal contidas nos arts. 337-E a 337-P do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).*

8.2 Recomendamos que os interessados em participar do certame leiam atentamente todas as exigências para habilitação contidas no Edital e seus anexos, verificando se dispõe dos documentos exigidos.

**8.3** E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, evitar propostas com valores **INEXEQUÍVEIS**, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão da licitação.

**9. DO PRAZO DE ASSINATURA E VIGÊNCIA:**

**9.1.** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da respectiva ata de registro de preço.

**9.2.** Da ARP em comento, poderá ser formalizado contrato, o qual terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do artigo 71, da Lei nº13.303/2016.

**9.3.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Empresa Pública Municipal, permitida a negociação como contratado.

**9.4.** O(s) licitante(s) vencedor (es) terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para a assinatura da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogado, contado da data de convocação pelo solicitante.

**9.5.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas. Somente após o interregno de 1(um) ano, o reajuste do contrato utilizará o índice IPCA/IBGE como critério de reajuste, de acordo com a Lei Federal nº 13.303/2016, inciso III, do art. 69 c/c art. 139 do RILC COMDEGUAPI S/A.

**Art. 69.** São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:

(...)

**III -** O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

**Art. 139.** São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:

(...)

**III -** O preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços

*e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*

## **10. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES:**

**10.1.** Poderão participar da licitação as empresas com atividade específica do ramo pertinente ao objeto deste certame, que atendam às exigências deste Edital e da legislação em vigor, obrigada a parte declarar sob as penalidades cabíveis a superveniência de fato impeditivo da habilitação (inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 139, IX do RILC COMDEGUAPI S/A).

**10.2.** Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa, na forma do art. 38 da Lei Nº 13.303/2016 c/c arts. 10 e 11 do RILC COMDEGUAPI S/A:

**10.2.1.** Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;

**10.2.2.** Suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;

**10.2.3.** Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

**10.2.4.** Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**10.2.5.** Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**10.2.6.** Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**10.2.7.** Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**10.2.8.** Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

**10.2.9.** À contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

**10.2.10.** A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
- b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.

**10.2.11.** Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

**OBS: OS DOCUMENTOS FÍSICOS ASSINADOS POR MEIOS DIGITAIS, SOMENTE SERÃO ACEITOS DESDE QUE SEJA POSSÍVEL VERIFICAR INTEGRIDADE E CONFORMIDADE DA ASSINATURA POR QUALQUER MEIO. CASO HAJA DÚVIDA QUANTO A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS, O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PROMOVERÁ DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O ESCLARECIMENTO.**

## **11. DO CREDENCIAMENTO:**

**11.1.** As empresas participantes poderão ser representadas na sessão da licitação por seu representante legal, munido da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente, e do documento de credenciamento conforme modelo em Anexo, com firma reconhecida em cartório, que lhe dê poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. Estes documentos deverão ser entregues ao Presidente da comissão de licitação fora de qualquer envelope, antes do início da sessão.

**11.2.** Constitui documento de credenciamento:

- a - Estatuto/contrato social, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. Quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b. Cópia da célula de Identidade e CPF dos sócios ou diretores
- c. Procuração ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste certame, juntamente com estatuto/contrato social, identificando/qualificando a pessoa que assina o documento, preferencialmente grifado, com indicativo que facilite a constatação.

**11.3.** As sociedades anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais

administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações.

**11.4.** As licitantes poderão apresentar mais de um representante ou procurador, ressalvada ao Presidente da comissão de licitação a faculdade de limitar esse número a um, se considerar indispensável ao bom andamento das sessões públicas.

**11.5.** É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de uma licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

**11.6.** Estes documentos deverão ser entregues fora de qualquer envelope ao Presidente da comissão de licitação, junto com os envelopes “A” e “B”. As licitantes que não se fizerem presentes pela forma estabelecida neste item, ficarão impedidas de se manifestar durante os trabalhos.

**11.7.** Do instrumento procuratório mencionado no item acima deve constar à outorga de poderes para a prática de todos os atos inerentes à licitação, inclusive para a desistência de interposição de recursos administrativos.

**11.8.** Apresentará, de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidos de participar de licitações e de contratar com esta Empresa Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do RILC, nos termos do art. 85 e segs., sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados abaixo, quando do momento do credenciamento;

**11.9.** Eventuais propostas enviadas pelos Correios ou entregues por portador sem poderes para formulá-las e praticar atos durante a sessão não serão, a despeito da falta de específica representação, eliminadas de pronto do certame, neste caso, valerá para todos os efeitos os termos de sua proposta escrita, para apuração da Proposta Mais Vantajosa, ficando assim, expressamente impedido de formular lances ou manifestar intenção de recurso.

**11.10.** Exclusivamente nos casos descritos no item **11.9**, deverão vir obrigatoriamente, dentro de um terceiro envelope nomeado “Envelope de credenciamento”, sob pena de desclassificação da proposta, os seguintes documentos:

Anexo VI – Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e Estatuto/Contrato Social, CNPJ, Alvará e documento dos sócios.

**11.11** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste Edital.

**12. DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA EMPRESA PÚBLICA:**

**12.1.** O preço global estimado pela Empresa Pública para a contratação do serviço descrito no objeto deste certame, atendendo ao art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 24 do RILC será sempre, **SIGILOSO**, conforme os valores constantes do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste edital.

**13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**13.1.** Os recursos necessários à realização do serviço ora licitados correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	REDUZIDO
02.42.00.04.122.0073.1.172	44.90.52.00/	1.749.00/	(868)
02.42.00.04.126.0073.1.172	44.90.52.00	2.749.00/ 2.501.00	(870)

**14. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA**

**14.1.** No local, dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, a Comissão de Licitação prestará os esclarecimentos sobre a condução do certame, aos interessados ou a seus representantes, conforme arts. 26,28 e 29, III, IV, VI e VII do RILC COMDEGUAPI S/A.:

- a) Apresentará, de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidos de participar de licitações e de contratar com a Empresa Pública em razão de penalidades – ANEXO VI, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do ANEXO V, nos termos do art. 58 e 69, IX da Lei n.º 13.303/2016 c/c art. 41 ao 55 do RILC da COMDEGUAPI S/A., sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados abaixo, quando do momento do credenciamento;
- b) Entregarão, em envelopes opacos, distintos “A” e “B” e devidamente lacrados, nos termos abaixo, os documentos exigidos para a proposta e a habilitação, respectivamente, constando na parte externa a razão social e o endereço da proponente, conforme modelos abaixo:
- c) No envelope “B”, todos os documentos de habilitação apresentados pelo licitante deverão estar rubricados por seu representante legal ou proposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa facilitar os procedimentos de conferência da documentação, dando maior celeridade ao certame.



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

**ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇOS**

**CIA. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DE GUAPIMIRIM – COMDEGUAPI S/A.**

**LICITAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/202\_\_**

**Data e hora da abertura.**

**Razão Social e CNPJ.**

**Endereço completo do licitante.**

**E-mail:**

**ENVELOPE B – DOCUMENTOS PARA  
HABILITAÇÃO**

**CIA. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DE GUAPIMIRIM – COMDEGUAPI S/A.**

**LICITAÇÃO Nº \_\_\_\_\_/202\_\_**

**Data e hora da abertura.**

**Razão Social e CNPJ.**

**Endereço completo do licitante.**

**E-mail:**

d) Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta de preços das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca.

e) Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

f) Após a fase de credenciamento das licitantes, o Presidente da comissão de licitação procederá à abertura das propostas comerciais, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos preços ofertados pelas licitantes classificadas.

g) No caso excepcional da sessão da licitação vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Presidente da comissão de licitação, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**15. DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

**15.1.** O envelope “A”, com o título “**PROPOSTA DE PREÇOS**”, deverá conter:

a. A PROPOSTA DE PREÇOS da licitante, NO IMPRESSO PADRONIZADO fornecido por esta Empresa Pública (ANEXO I) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, devidamente preenchida, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

b. Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço e dados bancários;

c. Descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações do Termo de Referência - Anexo II do Edital;

- d. Indicação do preço unitário, por item, em moeda nacional, em algarismo e, preferencialmente, por extenso;
- e. Indicação do prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS, contado da data de sua entrega ao Presidente da comissão de licitação;
- f. Indicação do prazo de fornecimento do produto, contado do recebimento da solicitação da COMDEGUAPI S/A;

**15.2.** Se, por motivo de força maior, a solicitação não ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da COMDEGUAPI S/A, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

**15.3.** Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 87 da Lei Federal n.º 13.303/2016 c/c art. 158 do RILC COMDEGUAPI S/A., devidamente autuado em processo.

**15.4.** As propostas de preços que atenderem aos requisitos deste Edital serão verificadas pelo Presidente da comissão de licitação quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

- a) Se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta de preços será desclassificada.

## **16. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**16.1.** Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério menor Preço por item, observados o valor dentro da estimativa do órgão (tanto o valor final quanto o valor de cada item) e o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital. É vedada a aceitação de proposta final com preço superior (tanto global quanto por item) ao fixado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II deste Edital. Tal aceitação feriria o princípio da escolha mais vantajosa para a esta Empresa Pública, vide Lei 13.303/2016, arts. 31 e 56 c/c arts. 79 ao 84 do RILC COMDEGUAPI S/A.

**16.2.** Examinada a proposta quanto ao objeto, marca e valores, caberá ao presidente decidir a respeito de sua aceitabilidade. Vedada aceitação de proposta cujo preço da proposta tenham o valor acima do estimado, essas serão desclassificadas

**16.3.** No curso da sessão, a licitante que ofertar valor mais baixo e as de oferta com o preço até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

**16.4.** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o Presidente da comissão de licitação proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o menor preço por item na proposta escrita.

**16.5.** Não caberá desistência de proposta após a abertura do envelope, nem retratação ou desistência de lances após o registro pelo Presidente da comissão de licitação.

**16.6.** Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será aplicado o critério de desempate previsto no art. 55 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. RILC c/c art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021 e arts. 75 ao 78 do RILC COMDEGUAPI S/A., adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

**16.7.** O Presidente da comissão de licitação poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.

**16.8.** O Presidente da comissão de licitação poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço por item para torná-la mais vantajosa a esta Empresa Pública, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

**16.9.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Presidente da comissão de licitação, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**16.10.** Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao Presidente da comissão de licitação decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada aceitação de proposta cujo preço global seja superior ao estimado.

**16.11.** Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado e, se for o caso, das que, arguidas pelo Presidente da comissão de licitação, aceitarem registrar seus preços ofertados pela primeira classificada, para confirmação das suas condições de habilitação. Será assegurado à licitante vencedora já cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

**16.12.** Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, o Presidente da comissão de licitação examinará as ofertas subseqüentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste Edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

**16.13.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e ao final, será assinada pelo Presidente da comissão de licitação e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a existência de participante ausente naquele momento, será circunstanciada em ata. Os lances poderão, a critério do Presidente da comissão de licitação, ser representados por documento anexo à Ata, que será parte integrante da mesma para todos os efeitos.

**16.14.** O Presidente da comissão de licitação manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

**16.15.** Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação, o Presidente da comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **17. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**17.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, conforme Lei 123/06, art. 43.

**17.2.** Havendo alguma restrição na regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado a esta, o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação desde que a mesma tenha sido declarada vencedora do certame, de acordo com a Lei 123/06 art. 43 § 1º.

**17.3.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará em decadência do direito a contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 56 da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 79 ao 82 do RILC COMDEGUAPI S/A., sendo facultado a esta Empresa Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, de acordo com Lei 123/06 art. 43 § 2º.

**17.4.** Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, vide Lei 123/06 Art. 44.

**17.5.** Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, em conformidade com a Lei 123/06, Art. 44 § 2º.

**17.6.** Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado de acordo com Art. 45, inciso I da Lei 123/06.

**17.7.** O empate descrito no item anterior se aplicará somente quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da Lei 123/06 Art. 45, § 2º.

**17.8.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, serão convocadas e submetidas aos mesmos procedimentos as empresas remanescentes que porventura se enquadrem como tais, de acordo com Art. 45 inciso II da Lei 123/06.

**17.9.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão prevista na Lei 123/06 Art. 45 § 3º.

**17.10.** Na hipótese da não-contratação nos termos acima estabelecidos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em concordância com a Lei 123/06 Art. 45 § 1º.

**18. DA HABILITAÇÃO:**

**18.1.** Sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática desta licitação, a licitante deverá incluir os documentos previstos neste item no envelope “**B**”, com o título “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, devidamente FECHADO E IDENTIFICADO, conforme indicado neste Edital.

**18.2. OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR EM PLENA VALIDADE e poderão** ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por empregado público da Empresa Pública Municipal ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

**18.3.** Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrado o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido.

**18.4.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Presidente da comissão de licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta

consolidada de Pessoas Jurídica do Tribunal de Contas da União, através do seguinte link:  
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> .

## **19. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;
- b) Inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

### **19.1 DA REGULARIDADE FISCAL:**

- a) Comprovação de inscrição de contribuintes, referente a regularidade fiscal dos licitantes, consoante o estabelecido no art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 85 ao 90, do RILC COMDEGUAPIS/A.; Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), Inscrição Estadual e Inscrição Municipal;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da certidão (ões) conjunta Negativa(s) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; ou apresentação da certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei (quando for o caso);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda do

domicílio ou sede do proponente comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva (s), com efeito de negativa(s), na forma da lei;

e) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – C.N.D.T., expedida através do site do Tribunal Superior do Trabalho – T.S.T. ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas – C.P.D.T., conforme artigo 642-A, §2º da CLT;

g) A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste Edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 c/c art. 79 ao 82 do RILC COMDEGUAPIS/A., sendo facultado a esta Empresa Pública Municipal convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**19.1.2** Por Certificado de Inscrição, devidamente atualizado, entende-se aquele que se encontra em vigor na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS**;

**19.1.3** Todos os documentos comprobatórios exigidos para a habilitação deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇOS e os documentos das licitantes;

**19.1.4** As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

## **19.2 Documentos Relativos à Qualificação Econômica Financeira:**

**19.2.1** Balanço patrimonial e Demonstração Contábil do último exercício (D.R.E), inclusive com termo de abertura e encerramento, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores {a data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e a Proposta Comercial das licitantes

**19.2.2** As empresas que adotam o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar balanço Patrimonial e Demonstração Contábeis do último exercício social, extraídos do respectivos termos de Abertura e Encerramento do mesmo e Termo de Autenticação ou Recibo de entrega de escrituração contábil Digital ( conforme Decreto Federal nº 8.686/16), preferencialmente vistados em todas as páginas pelo representante Legal da Empresa.

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual e D.R.E por balanço de abertura, devidamente autenticado pela junta comercial.
- b) Prova de capital simples ou de patrimônio líquido no mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, na forma prevista pelo artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 90 do RILC COMDEGUAPI S/A. e suas alterações. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato em vigor e devidamente registrado ou pelo Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.
- c) Quando S.A, balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em Diário Oficial e jornais de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);
- d) Quando outra forma societária, independentemente de estar enquadrada como ME ou EPP, balanço patrimonial devidamente registrado pela Junta Comercial ou outro órgão competente do Registro do Comércio. No caso de uma empresa ter registrado legalmente seu contrato social em cartório competente, deverá fazer o registro do balanço patrimonial no mesmo cartório;
- e) Aquelas sociedades constituídas a menos de um ano deverão apresentar o balanço de abertura, que deverá conter as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do sócio gerente;
- f) Nenhuma empresa está dispensada das exigências do subitem anterior, na forma da lei. O pequeno empresário, ou seja, o empresário **INDIVIDUAL** caracterizado como microempresa na forma da Lei Complementar nº 123/2006, que aufera receita bruta anual de até R\$ 81.000,00 (art. 68, Lei Complementar 123/2006), deverá fazer a comprovação desta situação mediante apresentação da escrituração simplificada das receitas, onde constem as assinaturas do contabilista regularmente habilitado e do empresário. Neste caso a referida empresa **ESTÁ OBRIGADA** a apresentar Balanço Patrimonial tão somente para fins de verificação dos índices contábeis, contendo as mesmas assinaturas, quer seja, do contabilista regularmente habilitado e do empresário;
- g) O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 90 do RILC COMDEGUAPI S/A. é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014)

**19.2.3** Certidões negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelos distribuidores da sede do licitante. Se o licitante não for sediado na Comarca da sede, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências ou recuperação judicial.

**19.2.3.1** As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios, inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**19.2.4** Não será causa de inabilitação de licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação

**19.2.5** A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderá apresentar mediante solicitação do Presidente da comissão de licitação, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

**19.2.6** No caso das certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo

## **20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**20.1.** Comprovação de aptidão por meio de **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento com as características do objeto da licitação; conforme art. 58, II da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 89 do RILC COMDEGUAPI S/A.

## **21. DA DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES:**

**21.1.** Declaração firmada pela licitante nos termos do modelo que integra o **ANEXO III** deste Edital, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o art. 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 90, IV, item 2.1, alínea “g” do RILC COMDEGUAPI S/A., acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

## **22. DOS RECURSOS:**

**22.1.** Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, de acordo com os arts. 59 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 38, 43 e 101 do RILC COMDEGUAPI S/A.

**22.2** A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

**22.3** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**22.4** Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Serviço de Protocolo da **COMDEGUAPI S/A – CIA. MUN. DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM, localizado à Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, bairro Paiol, Guapimirim, RJ, das 10h às 16h**, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, bem como, poderá ser encaminhado ao e-mail: [cpl@comdeguapi.com.br](mailto:cpl@comdeguapi.com.br).

**22.5** Os itens para os quais não forem interpostos recursos serão desde logo adjudicados.

**22.6** Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Presidente da comissão de licitação da empresa pública **COMDEGUAPI S/A**, que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada, conforme art. 102 do RILC COMDEGUAPI S/A.

### **23. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**23.1.** Decididos os recursos ou em sua ausência, constatada a regularidade dos atos praticados, o Presidente da comissão de licitação adjudicará o objeto e o Presidente(a) da Empresa Pública Municipal de Guapimirim, ou (a) responsável pela contratação homologará a licitação.

### **24. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**24.1.** No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados, de acordo com o art. 66 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 116 e 118 do RILC COMDEGUAPI S/A.

**24.2.** A existência de preços registrados não obriga o solicitante a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a

legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

**24.2.1.** O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os opte por realizar a prestação de serviços/ aquisição através de licitação específica. Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do registro de preços terá assegurado seu direito à contratação.

**24.2.2.** É vedada a prestação de serviços/aquisição do produto por valor superior a que poderia ser obtido do detentor do registro de preços.

**24.3.** Uma vez registrados os preços, o solicitante poderá convocar o detentor do Registro a prestar os serviços/aquisição respectivos, na forma e condições fixadas no presente Edital e no Contrato de Compromisso de Fornecimento.

**24.4.** Durante a vigência do Registro de Preços, os participantes poderão convocar o(s) detentor(es) a cumprir(em) as obrigações decorrentes da presente licitação.

**24.4.1.** Cada Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será considerada partes integrantes da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

## **25. DA ATA DE PREÇOS DE REGISTROS E DO CONTRATO:**

**25.1.** Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, após cumpridos os requisitos de publicidade, nas condições estabelecidas neste Edital. O prazo da convocação poderá ser prorrogado quando solicitado pela licitante vencedora do certame durante o transcurso do referido prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão Gerenciador, de acordo com o art. 66 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 116 e 118 do RILC COMDEGUAPI S/A.

**25.2.** O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme o art. 118 do RILC COMDEGUAPI S/A.

**25.3.** Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição do solicitante, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

**25.4.** A Ata será efetuado nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 66 c/c o RILC, arts. 116 e 118 da COMDEGUAPI S/A, conforme a necessidade do objeto, pelo período a ser determinado no ato da assinatura de 12 (doze) meses.

**25.5.** O(s) licitante(s) vencedor(es) cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preços terá o prazo de 02 (dois) dias para a assinatura do Contrato, contados da solicitação da prestação de serviço e ou aquisição, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, devidamente justificado, contado da data de convocação pelo solicitante.

**25.6.** A recusa do adjudicatário em atender a convocação estabelecida no item anterior, sujeita-o às sanções administrativas, sem prejuízos das demais penalidades legalmente estabelecidas (Lei Federal nº 13.303/2016 e c/c o RILC da COMDEGUAPI S/A).

**26. DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**26.1.** Serão registrados os valores da(s) licitante(s) vencedora(s), conforme ordem de classificação, observando-se o seguinte:

- a) os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor serão divulgados em órgão oficial da Empresa Pública Municipal e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b) o solicitante do Registro de Preços deverá, quando da necessidade da contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

**27. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**27.1.** O(s) fornecedor(es) terá(ao) seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Empresa Pública Municipal, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público; e) por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

**27.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no item 26.1, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**27.3.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**27.4.** A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência.
- b) quando não restarem fornecedores registrados.

## **28. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**28.1.** Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato, a empresa adjudicatária obrigasse a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

**28.2.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão desta empresa pública municipal ou de outra empresa pública ou sociedade de economia mista que não seja participante no item ou lote específico do certame licitatório, mediante prévia consulta à unidade gerenciadora, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**28.3.** Os órgãos e as entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à unidade gerenciadora da Ata, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

**28.4.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação do serviço, desde que não haja prejuízo às obrigações anteriormente assumidas.

**28.5.** A liberação da participação nas atas de registro de preço para órgãos e entidades não participantes, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos originalmente registrados na Ata de Registro de Preço. A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente, pelo gerenciador da Ata e pelo adjudicatário, vinculando-se este último ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.

**28.6.** No procedimento de adesão a lote de Ata de Registro de Preços é permitida a contratação de fornecimento parcial dos bens ou serviços nela constantes, desde que isso não desequilibre a proposta cujo preço foi registrado para o lote e/ou item.

## **29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**29.1** No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital, a **COMDEGUAPI S/A**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no art. 82 ao 84 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 179 e 180 do RILC COMDEGUAPI S/A, bem como, no que couber, as seguintes sanções:

- a)** Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo da entrega do objeto ora licitado, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- b)** Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

**29.2** As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a **COMDEGUAPI S/A** rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

**29.3** As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Empresa Pública Municipal à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os arts. 82, § 2º da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 179 e 180 do RILC da COMDEGUAPI S/A.

**29.4** A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da **COMDEGUAPI S/A**. de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**29.5** A licitante que não retirar o Empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 180 do RILC da COMDEGUAPI S/A., ser impedida de contratar com esta Empresa Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

**29.6** O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a Empresa Pública Municipal de Guapimirim e será descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;

- e) não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não manter a proposta.
- h) Para os fins da sub condição 28.6 alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c os arts. 155 do RILC da COMDEGUAPI S/A.

### **30. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

**30.1.** Observado o prazo da solicitação do fornecimento, que se dará 03 dias após emissão da ordem de fornecimento, em remessa parcelada, serão considerados como satisfatórios pela Empresa Pública Municipal de Guapimirim, imediatamente depois de verificada a conformidade dos itens, sua respectiva quantidade e qualidade para consequente aceitação, consignadas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II** deste Edital.

**30.2.** Nos casos de compras ou locação de equipamentos, será feita a verificação da conformidade do material, ficará o contratado obrigado a reparar ou substituir às suas expensas o objeto entregue caso haja defeitos, vícios ou incorreções, sendo estas medidas embasadas na Lei Federal nº 13.303/2016, nos artigos 76 c/c os arts. 155 do RILC da COMDEGUAPI S/A.

**30.3.** Em se tratando de obras e serviços, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante desta Empresa Pública Municipal especialmente designado, conforme o artigo 85 da Lei Federal nº 13.303/2016 c/c art. 162 do RILC da COMDEGUAPI S/A.

### **31. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**31.1.** O pagamento das faturas apresentadas se processará após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e comprovação de que o atendimento do respectivo objeto o foi feito conforme as especificações e condições previstas e estabelecidas no presente instrumento, seus anexos proposta de preço e demais documentos inerentes ao processo;

**31.2.** A contratada deverá apresentar sua documentação de cobrança mediante as medições das parcelas executadas, sendo tal procedimento efetuado pelo setor pertinente da Diretoria solicitante e atestado em impresso apropriado;

**31.3.** O pagamento devido será efetuado pela Empresa Pública Municipal de Guapimirim em até 30 (trinta) dias, contados da data final do período de adimplemento da cobrança, uma vez obedecidas as formalidades legais e contratuais pertinentes;

**31.4.** Os pagamentos das obrigações, não sendo efetuados pela Empresa Pública Municipal de Guapimirim de dentro do prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra em consequência de sua própria responsabilidade, serão acrescidos de compensação financeira à razão 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia e mais multa de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao mês, a contar do primeiro dia de atraso em relação ao prazo definido, e calculado, exclusivamente, sobre o valor da parcela devida;

**31.5.** O pagamento da compensação financeira e da multa será efetivado mediante autorização expressa do Senhor(a) Diretor (a) Presidente (a), em processo administrativo próprio e motivado a partir de requerimento da contratada, desde que protocolado em um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados a partir do terceiro dia de atraso;

**31.6.** Os documentos de cobrança que contiverem incorreções serão devolvidos a Contratada, suspendendo o prazo de pagamento, reiniciando-se a sua contagem a partir da data de reapresentação do documento corrigido.

**31.7.** Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a **COMDEGUAPI S/A - Cia. Mun. De Desenvolvimento de Guapimirim, CNPJ/MF nº 50.833.734/0001-20** e endereçados à **Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paio, Guapimirim/RJ, CEP 25.945-877.**

**31.8.** No setor apropriado desta Empresa Pública Municipal, o interessado deverá protocolar sua solicitação formal para pagamento, da qual deverá constar:

- a) o requerimento, preferencialmente em papel timbrado da empresa, endereçado ao Diretor Presidente(a) da Empresa Pública Municipal de Guapimirim, solicitando o pagamento do valor devido, indicando, também, os dados bancários para depósito, devidamente assinado pelo representante legal;
- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) cópia da Autorização de Fornecimento, quando houver;
- d) 1ª via original da fatura, nota fiscal de venda, nota de serviço ou de outro documento assemelhado e legalmente hábil, devidamente atestado por 02 (dois) empregados públicos devidamente habilitados e pelo Diretor(a) da pasta.

**31.9.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do Contratado, a contagem do prazo de 30 dias será reiniciada a partir da respectiva reapresentação.

## **32. DO ARREDONDAMENTO DE VALORES**

**33.1.** Não serão aceitas propostas com valores acima de 2 (duas) casas decimais, tanto no valor unitário, quanto no valor total.

**33.2.** Tribunal de Contas da União, através da 4ª edição da Revista de licitações e contratos do Tribunal de Contas da União – Orientações e jurisprudência do TCU – Página 509:

*“Quando a adjudicação for por item ou equivalente, o cálculo dos Índices de Preço, Técnico e de Avaliação Final será efetuado item por item ou conforme dividir-se o objeto. Serão os valores numéricos calculados com duas casas decimais, desprezada a fração remanescente”*

**33. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL:**

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Declaração referente ao Art. 7º, XXXIII, CF/88

Anexo IV – Modelo de Carta de Credenciamento

Anexo V – Declaração de fatos impeditivos para habilitação;

Anexo VI – Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos da habilitação;

Anexo VII – Modelo de Declaração de ME/EPP;

Anexo VIII – Ata de registro de Preços;

Anexo IX – Modelo de Declaração de recebimento e/ou acesso a documentação.

Anexo X – Modelo de Contrato

**34. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

**34.1.** Os interessados poderão obter informações ou esclarecimentos referente ao processo licitatório até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada da sessão pública através do e-mail: [cpl@comdeguapi.com.br](mailto:cpl@comdeguapi.com.br)

**34.2.** As impugnações interpostas deverão ser entregues no Serviço de **Protocolo da COMDEGUAPI S/A - Cia. Mun. De Desenvolvimento de Guapimirim, CNPJ/MF nº 50.833.734/0001-20** e endereçados à **Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paiol, Guapimirim/RJ**, das **10h às 16h**, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, e serão dirigidas ao Presidente da comissão de licitação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

**34.3.** Caberá ao Presidente da comissão de licitação responder, antes da realização da sessão, às impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

**34.4.** É facultada ao Presidente da comissão de licitação e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste Edital seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

**34.5.** A Empresa Pública Municipal poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**34.6.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Presidente da comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de habilitação e classificação.

**34.7.** Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no mesmo veículo em que se deu a publicação do aviso inicial e disponibilizado no sítio eletrônico da empresa pública e do Município de Guapimirim

**34.8.** Ocorrendo ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos na data indicada no preâmbulo do edital, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independente de nova comunicação.

**34.9.** A homologação do resultado desta licitação, não importará direito à contratação.

**34.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

**34.11.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da comissão de licitação, com auxílio da equipe de apoio.

**35. FORO:**

**35.1.** A **COMDEGUAPI S/A** e as licitantes do certame elegem o foro da Comarca de Guapimirim, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente Edital.

Guapimirim-RJ, 20 de setembro de 2024.

---

**Paulo Roberto Lugão da Silva**  
*Diretor Presidente*  
COMDEGUAPI S/A.



**COMDEGUAPI**  
COMPANHIA MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO:00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

**ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA**

<b><u>Razão Social:</u></b>		<b><u>CNPJ:</u></b>	
<b><u>Telefone:</u></b>		<b><u>E-mail:</u></b>	
<b><u>Endereço:</u></b>			
<b><u>Representante Legal:</u></b>			
<b><u>Validade da Proposta:</u></b>			

**Data:**     /     /

**Quantitativo estimado:** Estimativa de quantidade que irá compor a necessidade demandada pela COMDEGUAPI S/A por equipamento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	Valor unitário	Valor total
1	Ar-condicionado 24.000 Btus Split Piso Teto - Modelo Silver Maxi ou Similar - 220V - Cor Branco - Ciclo Frio - Tecnologia Convencional - Potência de Refrigeração 2.620w - Serpentina de Cobre - Regulagem de Ventilação - Sleep - Swing - Turbo - Memória - Filtro Antibacteriano - Desumidificação - Controle Remoto - Direcionadores de Ar - Frequência 60Hz - Classificação Energética A, B, C ou D - Gás Refrigerante R-410A - Garantia de 3 anos - 01 Unidade Evaporadora - Vazão de Ar Nominal 1400 m3 - Dimensões 23x121x70,3 cm - 01 Unidade Condensadora 70,7x47,1x55,3cm - Marca de referência: Springer, Midea ou Similar Teto.	Unidade	7	R\$	R\$
2	Ar-condicionado Piso Teto - Modelo Carrier Xperience ou Similar - 70.000 BTUs - 220V - Ciclo Frio - Tipo Refrigeração - Tecnologia Convencional - Frequência (Hz)60 - Fase Trifásico - Gás Refrigerante R-410A - Garantia de 3 anos - Classificação Energética A, B, C ou D - Peso Líquido Evaporadora (kg) 40,3 - Peso Líquido Condensadora (Kg) 78 - Dimensões Evaporadora (LxAxP)mm 165,0 x 23,0 x 70,0 - Dimensões Condensadora (LxAxP)mm62,3 x 96,2 x 62,3 - Serpentina Cobre - Vazão de	Unidade	2	R\$	R\$



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO:00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

	Ar (m <sup>3</sup> /h)2.380 - Conexão da Tubulação Líquido 3/8" - Conexão da Tubulação Sucção 7/8" - Marca de referência: Carrier ou Similar Teto.				
3	Ar-condicionado Piso Teto - Modelo Carrier Xperience ou Similar - 30.000 BTUs - 220V - Ciclo Frio - Tipo Refrigeração - Tecnologia Convencional - Frequência (Hz)60 - Fase Monofásico - Gás Refrigerante R-410A - Garantia de 3 anos - Classificação Energética A, B, C ou D - Peso Líquido Evaporadora (kg) 27 - Peso Líquido Condensadora (Kg)56 - Dimensões Evaporadora (LxAxP)mm 1.055 x 235 x 675, 1.055 x 235 x 675 - Dimensões Condensadora (LxAxP)mm 869 x 754 x 325, 869 x 754 x 325 - Nível de Ruído (dBa) 45 - Serpentina Cobre - Vazão de Ar (m <sup>3</sup> /h)1086 - Desnível 115m - Conexão da Tubulação Líquido 3/8" - Conexão da Tubulação Sucção 5/8" até 10m   3/4" até 20m   7/8" até 30m - Marca de referência: Carrier ou Similar Teto.	Unidade	4	R\$	R\$
4	Ar-condicionado de 18.000 BTUs - Frio - Modelo Electrolux ou Similar - Controle Remoto - Potência de Refrigeração 1628W - Corrente elétrica 75A - Gás R32 - Garantia de 3 anos - Classificação Energética A, B, C ou D - Controle de temperatura: Sim - Linha liq: 1,4 - Controle remoto: Sim - Consumo: 1091 KWh por ano - Frequência Hz: 60 - Filtragem Tripla - Filtro de Proteção Ativa - Filtro Limpa Fácil - Ar-Indireto - Dormir Bem - Oscilar - Ventilar - Auto - Multi Direcionadores de Ar - Proteção Anticorrosão - Recirculação de Ar - Saída Regulável de Ar - Serpentina de Cobre - Timer Regressivo - Tipo do Compressor Rotativo - Velocidade Variável - Vazão de ar Unidade Interna 3h: 920, 840, 760, 560 - Dimensões Evaporadora (LxAxP) 107,5 x 34,6 x 25 cm - Dimensões Condensadora (LxAxP) 52,3 x 63 x 46,3 cm - Peso Evaporadora 15,7kg - Peso Condensadora 28,4kg - Marca de referência: Electrolux ou Similar Teto.	Unidade	5		



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO:00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

5	Ar-condicionado de 12.000 btus - Frio - Modelo Electrolux ou Similar - Controle Remoto - Tripla Filtragem - Ar Indireto: Controle com eficiência a direção do fluxo de ar - Auto Limpeza - Auto Sense - Ciclo Frio - Condensadora Vertical - Serpentina de Cobre - Gás Refrigerante R-32 - 220V - Classificação Energética A, B, C ou D - Inverter - Controle remoto - Regula velocidade de ventilação - Sleep - Swing - Timer - Turbo - Filtro Antibacteriano - Frequência (Hz) 60 - Fase Monofásico - Marca de referência: Electrolux ou Similar Teto.	Unidade	2		
6	Cortina de Ar Tipo Springer ou Similar 220v c/ Controle Remoto 90 cm AcF09s5 / Potência 190w / Nivel de Ruído 57db/ Comprimento x Altura 90cmx21cmx19cm / Peso 9.9kg / Altura Maxima 3M.	unidade	2		
7	Cortina de Ar Tipo Gallant ou Similar 220v c/ Controle Remoto 180 cm / Potência 295w / Nivel de Ruído 60db/ Comprimento x Altura 180cmx20,7cmx17,5cm / Peso 21.8kg /Velocidade do Ar 12m/s/ Altura Maxima 3,5M.	Unidade	2		
8	Cortina de Ar Tipo Springer ou Similar 220v c/ Controle Remoto 120 cm AcF12s5 / Potência 240w / Nivel de Ruído 58db/ Comprimento x Altura 120cmx21cmx19cm / Peso 11,9kg / Altura Maxima 3M.	Unidade	2		

## ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

### DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

#### 1.0. DO OBJETO:

**Objeto do Presente** é contratar uma empresa jurídica para aquisição e fornecimento de Bens permanentes aparelhos de Ar-condicionado do Tipo Split e Cortina de Ar e correlatos, ressalta-se que os aparelhos de refrigeração são para climatização e operacionalização da Sede da empresa COMDEGUAPI S/A, a assim atender satisfatoriamente, aos diversos setores, e proceder com a implantação de sua infraestrutura. Para executar os projetos designados com eficiência, assegurando um setor de trabalho sofisticado e moderno, desponta a necessidade de obtenção dos aparelhos de ar-condicionado para: Salas, escritório, o Hall de entrada, sala de espera, Auditório, copa e cozinha...etc. Visando a otimização, conforto e a funcionalidades das áreas de trabalho, tudo priorizando a eficiência, agilidade, e otimização das rotinas administrativas, primando pela harmonização do Ambiente de Trabalho, trazendo qualidade a gestão, eficiência nos processos institucionais, oferecendo uma infraestrutura de apoio qualificada. Estabelecendo uma Infraestrutura Moderna se adequando as necessidades operacionais e administrativas, e assim atender seu Plano de Ações da COMDEGUAPI S/A. Viabilizando os objetivos propostos na Lei municipal 1.404/2022, e desenvolvendo os processos de implantação das atividades, pertinentes ao Estatuto da Empresa COMDEGUAPI S/A.

1.1. A elaboração do Termo de Referência o presente documento apresenta os resultados do estudo técnico preliminar realizado pela equipe de Planejamento da COMDEGUAPI que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratar uma empresa jurídica para aquisição e fornecimento de Bens permanentes de Aparelhos de Ar-condicionado Tipo Split e Cortinas de Ar e correlatos, sendo eles para o atendimento corporativos e satisfatoriamente, funcional aos diversos setores como: Sala de Reuniões, Escritórios, Hall de Entrada, Sala de Espera, Auditório, Copa e Cozinha, tudo priorizando a eficiência, e qualidade no ambiente de trabalho visando a agilidade, e otimização das rotinas administrativas, primando pela harmonização do Ambiente e assim trazer qualidade a gestão, com eficiência nos processos institucionais, e oferecer uma infraestrutura de apoio qualificada coesa com as necessidades de cada área. Ofertando uma Infraestrutura Moderna, se adequando as

necessidades operacionais e administrativas, e assim atender seu Plano de Ações da COMDEGUAPI S/A. Constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental e embasar o termo de referência, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

- 1.2. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar do presente documento apresenta os resultados realizados pela equipe de Planejamento da COMDEGUAPI que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa jurídica para aquisição de fornecimento de bens permanentes, tais como aparelhos de ar-condicionado tipo split, cortinas de ar e correlatos para: Sala de Reuniões, Escritórios, Hall de Entrada, Sala de Espera, Auditório, Copa e
- 1.3. Cozinha. Constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental é embasar o termo de referência, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.
- 1.4. Durante o Estudo Técnico Preliminar, diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores se certifiquem de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, se há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente.

## **2.0. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

2.1. Os Bens Permanentes Aparelhos de ar-condicionado Tipo Split e Cortinas de Ar, desempenha um papel crucial, pois é inviável a manutenção de uma empresa sem um ambiente adequado de trabalho, é como uma Espinha Dorsal, praticamente em todas as esferas da Empresa COMDEGUAPI S/A, desde a Diretoria de administração, Diretoria de Planejamento, Diretoria de Logística e de todos os serviços básicos.

2.2 Os Bens Permanentes dos Aparelhos de ar-condicionado, são imprescindíveis com uma Coluna dorsal na infraestrutura de implantação das ações da empresa COMDEGUAPI S/A.

2.3 Com as necessidades de proceder com a implantação da empresa e faz necessário a aquisição aparelhos de ar-condicionado Tipo Split e das Cortinas de Ar, para assim atingirmos com eficiência necessária, agilizando e otimizando as rotinas administrativas, primando pela qualidade da gestão, nos processos institucionais da empresa.

2.4 Implantação da Infraestrutura com os Bens Permanentes aparelhos de ar-condicionado Tipo Split e das Cortinas de Ar, visa atender e suportar as necessidades operacionais e administrativas, propostas em seu Plano de Ações.

2.5 Os bens permanentes, aparelhos de ar-condicionado tipo split, cortinas de ar e correlatos para sala de reuniões, escritórios, hall de entrada, sala de espera, auditório, copa e cozinha, desempenham papéis cruciais em praticamente todas as esferas da Empresa COMDEGUAPI S/A, desde a Diretoria Administrativa Financeira, Diretoria de Planejamento e Projetos, Diretoria de Logística e Operações, bem como todos os Conselhos da empresa, haja vista a necessidade de conforto térmico no ambiente de trabalho para o desenvolvimento das atividades desempenhadas pelos funcionários, bem como em locais de armazenamento de máquinas que geram calor, uma vez que os mesmos são necessários para alocação de todos os envolvidos na administração direta e indireta da empresa COMDEGUAPI S/A.

2.6 Os referidos bens permanentes, são como uma espinha dorsal de uma infraestrutura bem planejada para melhor estruturar os ambientes da empresa, pois é fundamental que haja climatização nas salas onde há funcionários, computadores, servidores, data centers e outros aparelhos de tecnologia da informação. Assim, é preciso manter a temperatura e o local adequados para atender às necessidades operacionais e administrativas.

2.7 Com as necessidades de proceder com as aquisições dos aparelhos de ar-condicionado, devido a implantação da empresa, é imprescindível dar continuidade aos projetos propostos, destinando-os em seus respectivos setores, trazendo eficiência, agilizando e otimizando os ambientes de trabalho para as rotinas administrativas da gestão e com isso aumentar a eficiência dos processos institucionais.

2.8 Oferecer uma infraestrutura de apoio qualificada e de acordo com as necessidades de cada área e assim se adequar às necessidades da COMDEGUAPI S/A.

### **3.0. ÁREA REQUISITANTE E NATUREZA DOS FORNECIMENTOS:**

3.1. Área Requisitante e Natureza dos Fornecimentos. A demanda foi apresentada pelo Diretor de Planejamento e Projetos da Companhia, face ao levantamento instruído pelo mesmo. Notadamente, esclarecemos que há uma necessidade da pretensa contratação está alinhada ao planejamento e regimento interno da companhia. O objeto a ser contratado é caracterizado como aquisição e fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado Tipo Split e das Cortinas de Ar se classifica como equipamentos comuns haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e especificadas são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas.

3.1.2 Duração do Contrato/Ata: Objeto destina-se a contratar preferencialmente empresas beneficiadas pela lei 123-2006, Epp, MEI,

não sendo nenhuma das outras categorias impedidas de participarem do presente certame sendo o mesmo para o período de 12 meses.

3.1.3. Relevância dos requisitos estipulados: A contratação irá trazer, eficiência, agilidade otimização das rotinas administrativas e os sistemas de informação, e qualidade das informações e da gestão. Aumentar a eficiência do processo de comunicação institucional. Oferecer uma infraestrutura de apoio qualificada e de acordo com as necessidades de cada área, e assim se adequando as necessidades da COMDEGUAPI S/A.

3.1.4 Implantar uma Infraestrutura Moderna e de qualidade com os Bens Permanentes dos aparelhos de ar-condicionado Tipo Split e das Cortinas de Ar se adequando as necessidades operacionais e administrativas, da empresa e seus objetivos.

3.2. Descrição dos Requisitos da Contratação A licitação deverá ser realizada pela **Licitação Presencial Sistema de Registro de Preços**

3.2.1 O presente item não se aplica a proposta da necessidade em tela posto que não há Plano de Contratações, pois os equipamentos são requisitos primordiais na execução das atividades pertinentes a viabilização os objetivos propostos na Lei municipal 1.404/2022, e desenvolvimento dos processos de implantação das atividades, pertinentes ao Estatuto da Empresa COMDEGUAPI S/A.

3.3. Levantamento de Mercado (em Anexo). Para a realização do nosso estudo realizamos o **benchmarking** para entender o funcionamento deste tipo de contratação pretendida neste Estudo Técnico Preliminar.

3.3.1 Foram pesquisadas no mercado, em outros órgãos e entidades, soluções diversas para a demanda, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração e aos requisitos apresentados no presente estudo.

3.3.2 Verifica-se que no mercado existem muitas fornecedoras para ambas as soluções, de forma difusa e abundante.

3.3.3 Após análise das opções encontradas no mercado regional, que possibilitam o atendimento da necessidade apresentada, conclui-se que a melhor opção é a aquisição e fornecimento dos equipamentos de Ar Condicionados, pois existem diversas empresas que atuam nesse ramo, podendo oferecer todos os serviços ou parte deles, e que as soluções apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar são aquelas que mais se aproximaram do atendimento pleno das necessidades apontadas.

3.3.4 Descrição da solução como um todo Contratação de empresa especializada para Fornecimento dos Bens Permanentes aparelhos de Ar-

condicionado Tipo Split e das Cortinas de Ar, para atender a demanda da empresa, deverá ser realizada por meio de licitação com a formação de **ata de registro de preço.**

3.3.5 Das Quantidades: A estimativa das quantidades foi feita da seguinte forma: Relacionada os setores Obrigatórios, feito através das obrigatoriedades da empresa diante da relevância do Poder Público e dos Tribunais (TCE) Ministério Público.

3.3.6. Modalidade SRP ou comum? S.R.P

3.3.7. Preços Referenciais: Obrigatoriamente deverão ser utilizados parâmetros e metodologias constantes na IN n° 73 de 05 de agosto de 2020 da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e demais meios necessários, em busca de salvaguardar os atos da empresa COMDEGUAPI S/A. Para após ser finalizado o Termo de Referência já iniciado, e posteriormente ser aprovado pela autoridade superior.

#### **4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. Qualificação Técnica: Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovação essa que será atendida por atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Caso referidos atestados não detalhem e quantifiquem o fornecimento, aceitar-se-á, complementarmente aos documentos, cópia da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal (ais).

4.1.1 Especificação Técnica:

4.1.2 Os equipamentos deverão ser novos e acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

4.1.3 Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

4.1.4 Práticas de sustentabilidade que devem ser veiculadas como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada: deverá ser exigido comprovação, por meio de certificado ou por declaração do fabricante, de que "eletrodomésticos, equipamentos de informática e telecomunicações e demais produtos eletroeletrônicos não devem conter certas substâncias nocivas ao meio ambiente como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados,

éteres difenil polibromados, em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS27 (Restriction of Certain Hazardous Substances).”

4.1.5 Serão considerados, ainda na especificação dos materiais, sobre máquinas e aparelhos consumidores de energia:

a) Para refrigeradores, condicionadores de ar, aprovados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO a comprovação da conformidade com esses critérios dar-se-á pela Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), aposta ao produto e/ou em sua embalagem;

b) Deve-se optar pela aquisição de produtos que possuam a ENCE da classe, preferencialmente, representada pela letra 'B', aceitável até a letra 'D', sempre que haja um número suficiente de produtos e fabricantes nessa classe;

c) Nas aquisições de refrigeradores, condicionadores de ar e demais equipamentos de refrigeração, devem ser adquiridos produtos que utilizem gases refrigerantes ecológicos, sempre que disponíveis no mercado.

4.1.5 Deverá ser exigida garantia de, no mínimo 1 (um) ano, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor - CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido;

4.2 O critério de julgamento deverá ser baseado no MENOR VALOR POR ITEM.

4.3 Estimativa das quantidades e configurações mínimas obrigatórias:

4.3.1 Para atendimento eficiente da demanda desta empresa, estima-se um quantitativo total de 20 (vinte) aparelhos de ar-condicionado do tipo split e 06 (seis) cortinas de ar, sendo:

- 07 (sete) equipamentos de Ar-condicionado, 24.000 Btus Split Piso Teto.
- 02 (dois) equipamentos de Ar-condicionado, 70.000 Btus Split Piso Teto.
- 04 (quatro) equipamentos de Ar-condicionado, 30.000 Btus Split Piso Teto.
- 05 (cinco) equipamentos de Ar-condicionado, 18.000 Btus Split Piso Teto.
- 02 (dois) equipamentos de Ar-condicionado, 12.000 Btus Split Piso Teto.



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO:00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

- 02 (dois) equipamentos de cortinas de ar, 90cm com Potência 190W.
- 02 (dois) equipamentos de cortinas de ar, 180cm com Potência 295W.
- 02 (dois) equipamentos de cortinas de ar, 120cm com Potência 240W.

4.3.2 Descrição dos Aparelhos de Ar-condicionados tipo Split Especificações.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	Unidade	quantidade
1	Ar-condicionado 24.000 Btus Split Piso Teto - Modelo Silver Maxi ou Similar - 220V - Cor Branco - Ciclo Frio - Tecnologia Convencional - Potência de Refrigeração 2.620w - Serpentina de Cobre - Regulagem de Ventilação - Sleep - Swing - Turbo - Memória - Filtro Antibacteriano - Desumidificação - Controle Remoto - Direcionadores de Ar - Frequência 60Hz - Classificação Energética A, B, C ou D - Gás Refrigerante R-410A - Garantia de 3 anos - 01 Unidade Evaporadora - Vazão de Ar Nominal 1400 m3 - Dimensões 23x121x70,3 cm - 01 Unidade Condensadora 70,7x47,1x55,3cm - Marca de referência: Springer, Midea ou Similar Teto.	Unidade	7
2	Ar-condicionado Piso Teto - Modelo Carrier Xperience ou Similar - 70.000 BTUs - 220V - Ciclo Frio - Tipo Refrigeração - Tecnologia Convencional - Frequência (Hz)60 - Fase Trifásico - Gás Refrigerante R-410A - Garantia de 3 anos - Classificação Energética A, B, C ou D - Peso Líquido Evaporadora (kg) 40,3 - Peso Líquido Condensadora (Kg) 78 - Dimensões Evaporadora (LxAxP)mm 165,0 x 23,0 x 70,0 - Dimensões Condensadora (LxAxP)mm62,3 x 96,2 x 62,3 - Serpentina Cobre - Vazão de Ar (m <sup>3</sup> /h)2.380 - Conexão da Tubulação Líquido 3/8" - Conexão da Tubulação Sucção 7/8" - Marca de referência: Carrier ou Similar Teto.	Unidade	2
3	Ar-condicionado Piso Teto - Modelo Carrier Xperience ou Similar - 30.000 BTUs - 220V - Ciclo Frio - Tipo Refrigeração - Tecnologia Convencional - Frequência (Hz)60 - Fase Monofásico - Gás Refrigerante R-410A - Garantia de 3 anos - Classificação Energética A, B, C ou D - Peso Líquido Evaporadora (kg) 27 - Peso Líquido Condensadora (Kg)56 - Dimensões Evaporadora (LxAxP)mm 1.055 x 235 x 675, 1.055 x 235 x 675 - Dimensões Condensadora (LxAxP)mm 869 x 754 x 325,	Unidade	4



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO:00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

	869 x 754 x 325 - Nível de Ruído (dBa) 45 - Serpentina Cobre - Vazão de Ar (m³/h)1086 - Desnível 115m - Conexão da Tubulação Líquido 3/8" - Conexão da Tubulação Sucção 5/8" até 10m   3/4" até 20m   7/8" até 30m - Marca de referência: Carrier ou Similar Teto.		
4	Ar-condicionado de 18.000 BTUs - Frio - Modelo Electrolux ou Similar - Controle Remoto - Potência de Refrigeração 1628W - Corrente elétrica 75A - Gás R32 - Garantia de 3 anos - Classificação Energética A, B, C ou D - Controle de temperatura: Sim - Linha liq: 1,4 - Controle remoto: Sim - Consumo: 1091 kWh por ano - Frequência Hz: 60 - Filtragem Tripla - Filtro de Proteção Ativa - Filtro Limpa Fácil - Ar-Indireto - Dormir Bem - Oscilar - Ventilar - Auto - Multi Direcionadores de Ar - Proteção Anticorrosão - Recirculação de Ar - Saída Regulável de Ar - Serpentina de Cobre - Timer Regressivo - Tipo do Compressor Rotativo - Velocidade Variável - Vazão de ar Unidade Interna 3h: 920, 840, 760, 560 - Dimensões Evaporadora (LxAxP) 107,5 x 34,6 x 25 cm - Dimensões Condensadora (LxAxP) 52,3 x 63 x 46,3 cm - Peso Evaporadora 15,7kg - Peso Condensadora 28,4kg - Marca de referência: Electrolux ou Similar Teto.	Unidade	5
5	Ar-condicionado de 12.000 btus - Frio - Modelo Electrolux ou Similar - Controle Remoto - Tripla Filtragem - Ar Indireto: Controle com eficiência a direção do fluxo de ar - Auto Limpeza - Auto Sense - Ciclo Frio - Condensadora Vertical - Serpentina de Cobre - Gás Refrigerante R-32 - 220V - Classificação Energética A, B, C ou D -Inverter - Controle remoto - Regula velocidade de ventilação - Sleep - Swing - Timer - Turbo - Filtro Antibacteriano - Frequência (Hz)60 - Fase Monofásico - Marca de referência: Electrolux ou Similar Teto.	Unidade	2
6	Cortina de Ar Tipo Springer ou Similar 220v c/ Controle Remoto 90 cm AcF09s5 / Potência 190w / Nível de Ruído 57db/ Comprimento x Altura 90cnx21cmx19cm / Peso 9.9kg / Altura Maxima 3M.	unidade	2
7	Cortina de Ar Tipo Gallant ou Similar 220v c/ Controle Remoto 180 cm / Potência 295w / Nível de Ruído 60db/ Comprimento x Altura 180cnx20,7cmx17,5cm / Peso 21.8kg /Velocidade do Ar 12m/s/ Altura Maxima 3,5M.	Unidade	2

8	Cortina de Ar Tipo Springer ou Similar 220v c/ Controle Remoto 120 cm AcF12s5 / Potência 240w / Nivel de Ruído 58db/ Comprimento x Altura 120cmx21cmx19cm / Peso 11,9kg / Altura Maxima 3M.	Unidade	2
---	--	---------	---

4.3.3. Os quantitativos esperados representam apenas uma estimativa, servindo somente como base para a formulação do presente estudo.

#### 4.4. OUTROS REQUISITOS:

- Todos os Bens Permanentes Aparelho de Ar-condicionados e Cortinas de Ar e correlatos ofertados devem manter o mesmo padrão de cor para todos os setores conforme definido nas especificações descrita no item 4.3.1;
- Todos os Bens Permanentes Aparelho de Ar-condicionados e Cortinas de Ar e correlatos e correlatos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se
- substitutos com qualidade e características idênticas ou **superiores**, mediante nova homologação.
- Todos os Equipamentos de Ar Condicionado devem entregues conforme o modelo ofertado em cada item sem distinção e estar em conformidade com a política de garantia do fabricante do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar perda parcial da garantia.

#### 4.5. DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM:

4.5.1 O objeto a ser adquirido trata-se de bens comuns, nos termos do art. 32, parágrafo IV da Lei 13.303/2016, e do art. 2º, parágrafo 2, do Decreto Municipal nº 1949, de 22 de outubro de 2021, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos itens que esta Administração pretende adquirir.

#### 4.6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

4.6.1 Trata-se de promoção de ata de registro de preços para eventual aquisição de Bens Permanentes dos equipamentos de aparelhos de Ar-condicionado e Cortinas de Ar para utilização nas atividades diárias dos servidores desta da empresa Pública, conforme quantidades e descrição técnica apresentada neste Estudo Técnico Preliminar.

4.6.2 Descrição da solução: Registro de preço, na modalidade licitação presencial para eventual aquisição Bens Permanentes dos equipamentos de aparelhos de Ar-condicionado e Cortinas de Ar para a COMDEGUAPI S/A. por 12 (doze) meses.

#### 4.7 FORMA DE FORNECIMENTO

4.7.1. Caberá a Contratada entregar os bens relacionados no item "4.3.2.", deste Termo, que se referem aos itens do 1 ao 8, em condições e prazos estabelecidos neste documento;

4.7.1.1. Caberá a Contratada, a entrega dos itens em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da assinatura da ata ou contrato;

4.7.2. Caberá a Contratada reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.7.3. Entregar o material dentro das especificações estabelecidas, originais e invioláveis, responsabilizando-se pela troca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou do prazo de validade ou com embalagem danificada, independentemente do motivo alegado, e às suas expensas;

4.7.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

4.7.5. Entrega de bens condizentes com as normas e padrões estabelecidos pela ABNT, quando couber;

4.7.6. Caberá a Contratada, a disponibilização de garantia compatível com o Código de Defesa do Consumidor, assegurando a garantia estabelecida pelo fabricante;

4.7.7. Caberá a Contratada, a disponibilização de todos os documentos (informes de garantia, manuais, etc.) pertinentes aos produtos ofertados;

4.7.8. Caberá a Contratada, fornecer produtos de boa qualidade, equivalentes ao solicitado na presente contratação, devidamente acompanhados de todo e qualquer acessório essencial ao seu funcionamento (por exemplo: cabos de energia, cabos de transmissão de dados e outros);

4.7.9. Caberá a Contratada, entregar juntamente aos itens, seus respectivos: manual de usuário, licenças e permissões de uso (quando couber) e documento de garantia legal do fabricante;

4.7.10. Caberá a contratada, fornecer itens de boa qualidade, com selo do INMETRO (quando couber), e de marcas com boa procedência no mercado, que disponham de assistência técnica em território nacional, e canais de atendimento ao consumidor;

4.7.11. Somente serão aceitos, itens das marcas ofertadas nas respectivas propostas, apresentadas em Licitação, devendo a alteração da marca ofertada, ser condicionada a aprovação da Contratante;

4.7.12. A Contratante, deverá analisar, no ato do recebimento das propostas, bem como, no ato do recebimento dos itens, a compatibilidade entre os itens solicitados e os ofertados pela licitante;

4.7.13. Para fins de redução dos impactos ambientais, provenientes desta contratação, caberá a Contratada, o fornecimento de itens que utilizem materiais recicláveis, quando possível;

4.7.14. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação;

4.7.15. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar URL para comprovação), que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

4.7.16. Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada;

4.7.17. Apresentação obrigatória de publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas.

#### **5.0. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

5.1 Declaramos que a aquisição e fornecimento dos bens permanentes aparelhos de ar-condicionados tipo split e cortinas de ar se faz parte do processo de implantação da empresa Comdeguapi S/A, onde se prioriza a qualidade, gerando eficiência e agilidade, nas rotinas administrativas, primando por um ambiente corporativo, de qualidade, gerando satisfação e implantando uma infraestrutura moderna, com acomodações adequadas para os Servidores, Diretores e Conselhos, gerando



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

qualidade de bem estar na gestão, primando a eficiência nos processos institucionais, de acordo com as necessidades de cada área, se adequando e suportando as necessidades operacionais e administrativas, conforme seu Plano de Ações e fortalecendo seus objetivos, se adequando às necessidades da COMDEGUAPI S/A, viabilizando os objetivos propostos na Lei Municipal 1.404/2022 e desenvolvendo os processos de implantação das atividades pertinentes ao Estatuto da Empresa COMDEGUAPI S/A.

5.2 A presente Justificativa visa atender as necessidades da Implantação da Empresa Comdeguapi S/A, logo, se faz necessária a disponibilização dos bens permanentes dos aparelhos de ar-condicionados tipo split e cortinas de ar, considerando que os diversos setores da empresa carecem de uma estrutura e um ambiente refrigerado adequadamente para execução das suas atividades em todos os setores.

5.3 Isto posto, os benefícios diretos e indiretos, relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos servidores, atendendo padrões mínimos de conforto para o desempenho de suas atividades. Considerando a existência de previsão orçamentária para tal feito, encaminhamos o presente E.T.P (Estudo Técnico Preliminar) para subsidiar a pleiteada contratação.

5.4 Agregados a este planejamento, estão as necessidades por diversos setores, primando pela qualidade e eficiência na gestão, produzindo resultados nos processos operacionais da instituição, oferecendo uma infraestrutura moderna e qualificada por área, de acordo com as necessidades das diretorias, atendendo necessidades operacionais e administrativas da empresa, obtendo resultados sólidos e confiáveis em suas atividades, gerando condições de trabalho adequado para os funcionários e diretores.

## **6.0 JUSTIFICATIVA:**

A presente Justificativa visa atender a demanda necessárias para a implantação da empresa e o fornecimento de Bens permanentes aparelhos de Ar-condicionados e Cortinas de Ar, e correlatos, sendo eles corporativos visa atender satisfatoriamente, os padrões funcionais, e aos diversos setores como: Sala de Reuniões, Escritórios, Hall de Entrada, Sala de Espera, Auditório, Copa e Cozinha, tudo priorizando a eficiência, agilidade, e otimização das rotinas administrativas, primando pela harmonização do Ambiente de Trabalho, trazendo qualidade a gestão, produzindo eficiência nos processos institucionais, e oferecendo uma infraestrutura qualificada e de acordo com as necessidades de cada área. Estabelecendo estrutura Moderna, e se adequando as necessidades operacionais e administrativas, e assim

atender seu Plano de Ações da COMDEGUAPI S/A, suportando a operacionalização administrativa da empresa, gerando resultados sólidos e confiáveis nas execuções de suas atividades, apresentando condições de trabalho adequado para os funcionários e diretores.

**7.0. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

7.1 A proposta, que compreende a descrição do objeto ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

7.2 O Presidente da comissão de licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

7.3 O Presidente da comissão de licitação poderá negociar com os licitantes a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento.

7.4 Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para aquisição ou contratação, analisando-se como limite máximo tanto o preço global quanto os preços unitários.

**8.0. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

8.1 O prazo de validade das propostas não será inferior a 60 dias, a contar da data da sua apresentação.

**9.0. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DA ATA/CONTRATO:**

9.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano a contar da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 31 da Lei 13.303/16.

9.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 Art. 84. O **prazo de vigência da ata de registro de preços** será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.3 O prazo de vigência do contrato será 12 meses, ou se restringe à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

**10.0. CRITÉRIO DE JULGAMENTO / MODALIDADE LICITAÇÃO:**

10.1 O critério de julgamento será pelo menor preço por item.

10.2 Em conformidade ao art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016, a Licitação será realizada na modalidade própria da Lei Federal nº 13.303/2016, com critério de julgamento das propostas por menor valor por item.

10.3. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, para formalização da contratação.

**11.0. FORMA DE ENTREGA E CRITÉRIO DE RECEBIMENTO:**

11.1 O prazo de entrega dos bens, é de 03 (três) dias, contados do(a) emissão da Autorização de fornecimento, em remessa parcelada na Rua Antônio Dias Guerra, 46/1º andar, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877, no Almoarifado Central, de segunda-feira à sexta-feira das 08h às 17h;

11.2 O recebimento provisório do objeto será declarado pela Secretaria requisitante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de entrega do objeto e nos termos dos artigos 40 e 167, inciso IX, da Lei Federal nº 13.303/16.

11.3 O recebimento definitivo do objeto, será declarado pelo fiscal no prazo máximo de 10 (Dez) dias corridos e nos termos dos artigos. 40-167, inciso IX, da Lei 13.303/16.

11.4 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

11.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.6 Se, após o recebimento, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a irregularidade.

11.7 Correrão por conta do CONTRATADO, até a entrega do objeto, todas as despesas referentes a entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo etc.

**12.0. ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO:**

12.1 O fornecedor deverá disponibilizar atendimento para abertura de chamados técnico, que deverá ser via e-mail, telefone ou sistema com acesso web.

12.2 Na abertura do chamado, o fornecedor deverá registrar e informar o número de protocolo para acompanhamento de cada equipamento.

12.3 O atendimento aos chamados técnicos, durante o período de garantia, deverá ser providenciado pelo fornecedor no máximo no dia útil seguinte à abertura do chamado.

12.4 Os chamados deverão ser resolvidos em até 05 (Cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à abertura do chamado.

12.5 As atividades de prestação de serviços de garantia aos equipamentos deverão ocorrer em dias úteis, no período de 8 (oito) às 17 (dezesete) horas.

**13.0. GARANTIA:**

13.1 Garantia total por 12 meses, contados a partir do dia útil subsequente à data do recebimento COMDEGUAPI S/A, com atendimento no local especificado pela COMDEGUAPI S/A.

13.1.1 Sede a Empresa COMDEGUAPI na Rua Antônio Dias Guerra, 46, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877 - Guapimirim/RJ;

13.2 Durante o prazo de garantia, será substituída, sem ônus para a EMPRESA COMDEGUAPI S/A, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado.

13.3 O fornecedor terá até 02 (Dois) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para informar endereço de e-mail ou endereço de site na internet da central de atendimento para abertura de chamados.

13.4 O fornecedor poderá realizar os serviços de garantia através de rede de assistência técnica credenciada.

**14.0. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

14.1 Compete à Contratada as seguintes responsabilidades:

14.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.1.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando aplicável.

14.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

14.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

14.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.5 Manter durante toda a vigência da ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução da ata/contrato;

14.1.7 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, Fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de

impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

14.1.8 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata/Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, ficando a obrigada a promover a devida restauração e/ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade;

14.1.9 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratada;

14.1.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.2 Compete à Contratante as seguintes responsabilidades:

14.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

14.2.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de

Registro de Preços/Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

14.2.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.8 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

**15.0. EXIGÊNCIAS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA:**

15.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

15.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

15.3.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

15.3.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo fornecido observando o máximo de 50%, a apresentação de diferentes atestados de fornecimento executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**16.0. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1 As sanções dispostas poderão ser aplicadas às empresas licitantes e à CONTRATADA, conforme o caso, em conformidade com os Art. 82 e 83 da Lei Federal nº 13.303/2016 e ulteriores alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2 Os licitantes ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à empresa pública, ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

16.3 Serão aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a empresa Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.5 A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.6 As Multas, não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 16.2.

16.6.1 Sem prejuízo das demais infrações administrativas previstas no item 15.2, a não observância das cláusulas contratuais sujeitará, cumulativamente, a CONTRATADA às seguintes multas:

16.6.1.1 - 5% (cinco por cento) do valor do contrato reajustado, por desatendimento de qualquer cláusula contratual.

16.6.1.2 - 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato reajustado, por dia de atraso na entrega ou na execução do objeto.

16.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 16.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da empresa Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.9 A aplicação das Sanções somente ocorrerá depois de assegurado o contraditório e a prévia defesa, nos termos da legislação vigente.

16.10 Até a decisão final transitada em julgado, nenhum numerário apurado referente à sanção será retido, sendo que após, o montante da multa poderá, ser compensado dos valores de pagamento devido ao fornecedor.

#### **17.0. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS:**

17.1 A estimativa do valor da contratação obtida por meio do Estudo Técnico Preliminar, através de pesquisa prévia é (sigilosa). Valor médio para 12 meses, e sua razoabilidade encontra-se demonstrada através de prévia pesquisa de mercado conforme 13.303/2016 e outros eventos da mesma natureza.

17.1.1 No momento da cotação, o valor será sigiloso para fins de assegurar que tenhamos preços fidedignos à realidade do mercado, assegurando a vantajosidade da contratação.

#### **18.0. GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

18.1 A Gestão do Contrato decorrente deste Termo de Referência caberá

a servidor designado formalmente pela Diretoria solicitante, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos. Ficando o titular da referida Unidade como corresponsável.

18.1.1 A fiscalização da contratação caberá aos servidores xxxx, matrícula xxx e xxx, matrícula xxxx, sendo substituídos, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado na Diretoria.

18.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 40 da Lei nº 13.303/2016 Art 162 e 169 do Regulamento de Licitações.

18.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, em conformidade art.

40 da Lei nº 13.303/2016 Artigos 162 e 169 do Regulamento de Licitações.

18.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, em conformidade art. 40 da Lei nº 13.303/2016 Artigos 162 e 169 do Regulamento de Licitações.

18.5 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, em conformidade com o art. 40 da Lei nº 13.303/2016 Artigos 162, 169 e 175, do Regulamento de Licitações.

#### **19. FORMA DE PAGAMENTO:**

19.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

19.1.1 A Nota Fiscal deverá ser apresentada no Protocolo, localizada no Edifício Sede da COMDEGUAPI S/A Rua Antônio Dias Guerra nº 46, 1º andar, Paiol - Guapimirim/RJ, no horário entre 9:00h e 16:00h.

19.1.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.1.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e demais condições de habilitação.



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

19.1.4 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.1.5 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas legais cabíveis nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.1.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

19.1.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando cabível.

19.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

**20.0. DO REAJUSTE:**

20.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as

partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **21.0 DA SUBCONTRATAÇÃO:**

21.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **22.0. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

22.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **23.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	REDUZIDO
02.42.00.04.122.0073.1.172	44.90.52.00/	1.749.00/	(868)
02.42.00.04.126.0073.1.172	44.90.52.00	2.749.00/	(870)
		2.501.00	

#### **24.0. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

24.1 O presente Termo de Referência foi concebido com base na Lei Federal nº 13.303/2016, Decreto nº 1301 de 03 de setembro de 2018, e Decreto nº 1949, de 22 de outubro de 2021 e demais legislações pertinentes e nas premissas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro-

TCE-RJ, além da literatura técnica disponível sobre o tema;

24.2 O Termo de Referência ora apresentado é parte integrante da documentação de processo licitatório que tem por Contratante a empresa pública COMDEGUAPI S/A. com ao fornecimento por parte de empresa Contratada, devidamente qualificada e que apresente o melhor preço e qualificação para fornecimento do objeto.

24.3 A participação de empresas em regime de Consórcio é vedada, por não constituir a prática do mercado em contratações pertinentes ao objeto do presente Termo de Referência, como também, considerando a baixa complexidade técnica da contratação.

24.4 A proposta, que compreende a descrição do objeto ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos. 23.5 Descrição do objeto observadas as mesmas especificações constantes do



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total.

Aprovo o presente Termo de Referência, que constitui peça integrante e inseparável da respectiva contratação.

Guapimirim, RJ \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

**Paulo Roberto Lugão da Silva**

*Diretor Presidente*

*COMDEGUAPI S/A.*

Matrícula: 2.301/01

**ANEXO III**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**DECLARAÇÃO**

A.....(*Razão Social da empresa*)....., CNPJ ....., com endereço à....., declara, em atendimento ao previsto no Edital Modalidade Própria da **Lei Federal nº 13.303/2016 Presencial SRP nº \_\_\_\_\_/20\_\_**, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, se for o caso, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição República Federativa do Brasil.

Local e data,

(Assinatura e identificação dos responsáveis pela empresa)

**OBS: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope Habilitação, junto com os demais documentos.**

**ANEXO IV**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)**

A.....(*Razão Social da empresa*) ....., CNPJ ....., com endereço à....., através do seu ..... (proprietário, sócio proprietário, presidente, gerente, diretor), Sr(a).....,(nacionalidade)....., (estado civil)....., portador do RG n ....., CPF n. ...., residente à ....., **CONSTITUI** como seu representante no certame licitatório – modalidade própria da **Lei Federal nº 13.303/2016 – Presencial SRP nº \_\_\_\_/20\_\_** a ser realizado pela COMDEGUAPI S/A, o Sr.(a) ....., (nacionalidade) ....., (estado civil) ....., portador do RG n ....., CPF n. ...., residente à ....., que poderá formular ofertas e lances de preço e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, inclusive renúncia ao direito de interpor e desistir de recursos.

Local e data,

(Assinatura e identificação dos responsáveis pela empresa)

**OBS: O credenciamento deverá ser apresentado junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes, apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa.**



**COMDEGUAPI**  
COMPANHIA MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

**ANEXO V**

*(Papel timbrado ou carimbo da empresa)*

**DECLARAÇÃO**

A.....(*Razão Social da empresa*) ....., CNPJ ....., com endereço à....., declara, em conformidade com o art. 58 e 69, IX, da Lei n. 13303/16 C/C art. 85 ao 90 do RILC da COMDEGUAPI/SA, que não existem fatos supervenientes ao seu cadastramento, que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame licitatório na COMDEGUAPI S/A.

Local e data,

(Assinatura e identificação dos responsáveis pela empresa)

**OBS: Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE QUE O(A) PROPONENTE

CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À COMDEGUAPI S/A.

REF.: LICITAÇÃO PELA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 – PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/20\_\_.

Sr. Presidente da comissão de licitação,

Pela presente, **DECLARO(AMOS)** que, nos termos do art. 58º, da Lei nº 13303/2016, C/C art. 85 ao 90 do RILC da COMDEGUAPI S/A, a empresa ....., cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **LICITAÇÃO MODALIDADE PRÓPRIA PELA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 – PRESENCIAL SRP Nº. XXX/2024**, cujo objeto é \_\_\_\_\_.

....., ..... de ..... de 20\_\_.

.....  
(Assinatura do Representante Legal)

**OBS:** Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelos(as) representantes legais da empresa.

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: LICITAÇÃO MODALIDADE PRÓPRIA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 –  
PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_/20\_\_.

Empresa: .....  
..., inscrita no CNPJ no ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF no ....., **DECLARA**, para fins do disposto no item 10 – Condições para Participação do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada: ´

(  ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei Complementar Federal nº 128, de 14/12/2006;**

(  ) **MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e suas alterações;**

(  ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, e suas alterações;**

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,

.....  
(assinatura de sócio da firma)

**OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.**

Este formulário deverá ser entregue ao Presidente da comissão de licitação ou sua Equipe de Apoio juntamente com os envelopes nº 1 e nº 2, porém fora dos envelopes, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar nº 123/2006.

**OBS: Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes.**

**ANEXO VIII**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA \_\_\_\_\_, QUE FIRMAM A COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM, E O(S) FORNECEDOR(ES) ABAIXO INDICADO(S).**

**A COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.833.734/0001-20, com sede situada à Rua Antônio Dias Guerra, nº 46/1º andar, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877, ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo(a) Presidente Paulo Roberto Lugão, portador da matrícula funcional nº \_\_\_\_\_, ora denominado **GESTOR DA ATA**, e a empresa \_\_\_\_\_ situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma do disposto no processo administrativo nº xxx/20xxxx, que se regerá pelas normas da Lei 13.303/2016 e Decreto Municipal n.º 2454/2023 de 23 de outubro de 2023, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo II do edital de Licitação nº xxx/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**1.2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**1.2.1** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit.	Prazo garantia ou validade

**1.2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## **CLÁUSULA SEGUNDA- ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**2.1.** O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

**3.2.** {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº            Órgãos Participantes    Unidade            Quantidade

## **CLÁUSULA QUARTA- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 66 da Lei nº 13.303 de 2016; e

**4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 28.5.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA ADESÕES**

**5.1.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**5.2.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**5.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **CLÁUSULA SEXTA- VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**6.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**6.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**6.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**6.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

**6.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**6.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

**6.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**6.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

**6.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

**6.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

**6.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.

**6.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**6.5.** O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**6.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**6.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**6.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

**6.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

**6.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**6.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016, bem como Decreto Municipal nº 2454/2023.

**6.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**6.10.** A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**6.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**6.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

**6.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**6.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**6.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **CLÁUSULA SÉTIMA- ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**7.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do inciso VI do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016;

**7.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**7.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 13.303/2016.

**7.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**7.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA- NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**8.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**8.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**8.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**8.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303 de 2016.

**8.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer

ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**8.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**8.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303, de 2016 e Decreto Municipal n.º 2454/2023 e na legislação aplicável.

**8.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

**8.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**8.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**8.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

## **CLÁUSULA NONA- REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**9.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**9.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**9.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**9.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**9.4.** O controle e o gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades serão realizados pelo órgão gerenciador ou pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gerenciamento de Contratações Públicas por meio de Gestão de Atas, observados os procedimentos estabelecidos no presente regulamento e em regulamento relativo ao planejamento das contratações públicas.

**9.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**9.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**9.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**10.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**10.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**10.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

**10.1.3.** Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado;

**10.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 82 da Lei nº 13.303 de 2016 e Art 179 e 180 do RIL COMDEGUAPI S/A, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços,

poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**10.1.5** For liberado;

**10.1.6** Não aceitar o preço revisado pela Administração.

**10.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.4, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**10.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**10.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**10.4.1.** Por razão de interesse público;

**10.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**10.5.** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**10.5.1** O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS PENALIDADES**

**11.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

**11.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**11.2.** É da competência do Órgão Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 4º, inc. XIIV, do Decreto Municipal nº 2454/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 5º, inc. IX, do Decreto nº 2454/2023).

**11.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- CONDIÇÕES GERAIS**

**12.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

**12.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Guapimirim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_

\_\_\_\_\_  
COMDEGUAPI

\_\_\_\_\_  
EMPRESA



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO!!!**

É responsabilidade da empresa o envio de **recibo de retirada de edital pela internet** ao Setor de Licitação.

A não remessa do recibo de retirada de edital e/ou acesso a documentação (Anexo IX) exime a **COMDEGUAPI S/A** da comunicação, por e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da internet: **[www.comdeguapi.com.br](http://www.comdeguapi.com.br)**

Endereço para envio do recibo: Rua Antônio Dias Guerra, nº 46/1º andar, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877.

**COMDEGUAPI S/A**

Diretoria .....

E-mail: [cpl@comdeguapi.com.br](mailto:cpl@comdeguapi.com.br)



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO A DOCUMENTAÇÃO.**

LICITAÇÃO MODALIDADE LEI Nº 13.303/2016 - PRESENCIAL SRP Nº \_\_\_\_\_/20\_\_

PROCESSO ADMINISTRATIVO \_\_\_\_\_/20\_\_

EMPRESA: \_\_\_\_\_,

SEDE NA: \_\_\_\_\_,

CNPJ Nº: \_\_\_\_\_, EMAIL: \_\_\_\_\_,

TEL: ( ) \_\_\_\_\_ REPRESENTADA POR: \_\_\_\_\_,

INSCRITO(A) NO CPF Nº: \_\_\_\_\_, PORTADOR(A) DO RG Nº:

\_\_\_\_\_ órgão emissor \_\_\_\_\_, referente ao objeto \_\_\_\_\_.

Conforme disposto no Termo de Referência, declara que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações constantes do Edital supracitado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Guapimirim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do representante da empresa

Espaço destinado ao carimbo da empresa

**OBS: Esta declaração PODERÁ ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. Sua apresentação é facultativa e não será utilizada como critério de inabilitação do licitante.**

**ANEXO X**

**MINUTA DO CONTRATO Nº 00017/2023.**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM **COMDEGUAPI S/A – COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM** E A EMPRESA (...) TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER APARELHO DE AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR.

**COMDEGUAPI S/A – COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **50.833.734/0001-20**, com sede à Rua Antônio Dias Guerra, nº 46, Paiol, Guapimirim, RJ, CEP 25.945-877, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Paulo Roberto Lugão da Silva**, brasileiro, divorciado, empregado público municipal, portador da carteira nacional de habilitação nº 029.149.346-05 e CPF nº 054.010.007-23, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado(a) **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa (...), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (...), com sede à Rua (...), neste ato representada por seu sócio(a) (...), doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar entre si o presente contrato, que será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016 e suas alterações posteriores e, no que couber e não conflitar, a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, assim como, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMDEGUAPI, pela Lei Federal nº 8.078/1990 (C.D.C) e, pelos princípios da teoria geral dos contratos, pelas disposições de direito privado, da documentação constante do processo administrativo nº 00017/2023 e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa PARA A AQUISIÇÃO DE APARELHOS DER AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR, conforme especificações constantes na proposta e respectivo **termo de referência**, constantes do processo administrativo nº 00017/2023, ficando à Contratada vinculada ao instrumento convocatório.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS E REGIME DE EXECUÇÃO**

A legislação aplicável a este contrato será a Lei nº 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, a Lei Federal nº 8.078/1990, bem como as cláusulas deste instrumento e pelos preceitos de direito privado.

O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, devendo atender às especificações constantes no Termo de Referência, sendo procedida a entrega

dos bens em até 03 dias, contados da emissão da autorização de fornecimento, em remessa parcelada.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição, a proposta da CONTRATADA, nos termos e especificações técnicas do Termo de Referência, constante no processo administrativo nº 00017/2023.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

A duração do presente instrumento de contrato será de 12 meses, prorrogável por igual período, até o prazo de 05 (cinco) anos, na forma do artigo 71 da Lei n.º 13.303/2016. Ficando estabelecido eventual acréscimo ou supressão no percentual de até 25% (vinte e cinco) por cento, em sendo comprovada a necessidade de restabelecer o equilíbrio contratual do contrato quando da prorrogação.

### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Programa:	Red.	Elemento Despesa	de	Fonte
02-42	02.42.00.04.122.0073.1.172	868	4490.52.00		1.749.00
02-42	02.42.00.04.126.0073.1.172	870			2.501.00
					2.749.00

### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor anual do presente instrumento contratual particular de direito é de R\$ 0,00 (...).

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, mensalmente, até o dia dez do mês subsequente ao do cumprimento da obrigação, desde que o documento de cobrança esteja emitido e com o atesto do fiscal do contrato, no verso da mesma, juntamente com os documentos de habilitação da CONTRATADA tenham sido protocolados em processo administrativo próprio de pedido de pagamento, junto ao Protocolo Geral da empresa pública municipal com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º - O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo empregado público competente, do documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA**;

§ 2º - O atesto fica condicionado à verificação da conformidade do documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA** e do regular cumprimento das obrigações assumidas;

§ 3º - Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

§ 4º - Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da **CONTRATADA** e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso autenticado e juntado ao processo de pagamento.

§ 5º - Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

§ 6º - A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

§ 7º - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

Visando restabelecer, por aditamento, o equilíbrio-financeiro inicial, poderá o contrato sofrer reajuste anual, mediante a aplicação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE ENTREGA E DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

O prazo de entrega dos bens, é de 03 dias, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, em remessa parcelada na sede da Contratante, no Almoxarifado Central, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h.

O recebimento provisório do objeto, será declarado pelo fiscal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de entrega do objeto. O recebimento definitivo do objeto será declarado pelo fiscal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Após o recebimento, caso seja constatado que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a irregularidade apontada.

Todas as despesas referentes à entrega do objeto serão da Contratada, até a entrega do objeto, incluindo às eventuais despesas com frete.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Garantia total de 12 (doze) meses, contados à partir do dia útil subsequente à data do recebimento do objeto pela Contratante, devendo haver a substituição da parte ou peça defeituosa, sem qualquer ônus para a Contratante, salvo se o defeito for provocado por eventual uso inadequado devidamente comprovado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Executar os serviços conforme especificações deste termo e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade para execução do objeto contratual;

Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;

Garantir acesso, a qualquer tempo, da Fiscalização da Contratada ao serviço em questão;

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na Lei nº 13.303/2016.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado público especialmente designado.

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

A Empresa Pública Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**COMDEGUAPI**  
**COMPANHIA MUNICIPAL DE**  
**DESENVOLVIMENTO DE GUAPIMIRIM**

PROCESSO: 00017/23

FLS: \_\_\_\_\_

RUBRICA: \_\_\_\_\_

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante relacionadas à execução do objeto deste Termo de Referência.

Expedir, por meio da Diretoria requisitante, documento de inspeção dos serviços prestados emitido pelo fiscal do contrato, que servirá como instrumento de avaliação e atestado do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da Contratada, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais.

Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista no contrato, conforme Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

No caso de inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa, rescindir o contrato e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa no percentual de 5% do valor da obrigação;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar, por um período não superior a 2 (dois) anos.

A sanção prevista na alínea “c” do subitem anterior, poderá também ser aplicada à **CONTRATADA** que, na execução do contrato:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com empresa pública ou sociedade de economia mista, em virtude de atos ilícitos praticados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, a cisão ou a incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, devendo ser mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e desde que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, devendo ainda, haver a devida anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

As partes poderão rescindir o contrato de forma amigável, unilateral ou judicial, nas hipóteses previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMDEGUAPI.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

A Gestão do Contrato decorrente deste Termo de Referência caberá a empregado público designado formalmente pela Diretoria solicitante, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. § 1º do 162 do

Regulamento Interno de Licitações e Contratos e do art. da Lei Federal nº 13.303/2016, ficando o titular da referida Unidade como corresponsável.

A fiscalização da contratação caberá ao(s) empregado(s) público(s) \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_ da Diretoria \_\_\_\_\_, sendo substituído, em caso de ausência ou impedimento, por outro empregado público lotado na mesma diretoria.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Empresa Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 4º do art. 162 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

O representante da Contratante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO**

Para eficácia do presente instrumento, a CONTRATANTE providenciará sua publicação, conforme dispõe a Lei Federal nº 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ANTICORRUPÇÃO**

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionado, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

A Contratada deverá, através de seu representante legal, firmar acordo de confidencialidade de informação e dar ciência deste a toda sua equipe de profissionais que participarão da execução do contrato, comprometendo-se perante à Contratante, por meio de assinatura de Termo de Responsabilidade e Sigilo, a observância das obrigações nele descrito.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Guapimirim, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guapimirim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: